

WALBER DE MOURA AGRA

MANUAL PRÁTICO DE DIREITO ELEITORAL

5ª edição

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2024

© 2016 Editora Fórum Ltda.
2018 2ª edição
2020 3ª edição
2022 4ª edição
2024 5ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Fliriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cloviz Bezno	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo / Aline Sobreira de Oliveira

Revisão: Bárbara Ferreira

Capa e projeto gráfico: Walter Santos

Diagramação: Formato Editoração

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Emperho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A277m	Agra, Walber de Moura Manual prático de direito eleitoral -- 5. ed. -- / Walber de Moura Agra. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 503p. 14,5x21,5cm ISBN impresso 978-65-5518-766-3 ISBN digital 978-65-5518-764-9 1. Direito público. 2. Direito constitucional. 3. Direito eleitoral. I. Título. CDD: 344.046 CDU: 349.6
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Manual prático de direito eleitoral*. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 503p. ISBN 978-65-5518-766-3.

CAPÍTULO 1

JUSTIÇA ELEITORAL.....	13
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral	13
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral.....	18
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral.....	18
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral	21
1.2.3 Competência dos Juízes Eleitorais	24
1.3 Funções da Justiça Eleitoral.....	26
1.4 Divisão territorial.....	32
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais	34
1.5.1 Poder de polícia	35
1.5.2 Julgamento das ações e recursos	37
1.6 Ministério Público Eleitoral.....	40
1.7 Procurador-Geral Eleitoral, Procuradores Regionais Eleitorais e Promotor Eleitoral	42
1.7.1 Procurador-Geral Eleitoral	43
1.7.2 Procuradores Regionais Eleitorais	45
1.7.3 Promotor Eleitoral	46

CAPÍTULO 2

ELEGIBILIDADE	49
2.1 Condições de elegibilidade	51
2.1.1 Nacionalidade brasileira.....	51
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos.....	52
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	53
2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta	54
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos	56
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	58
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º.....	58
2.1.3 Alistamento eleitoral.....	66
2.1.4 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	67
2.1.5 Filiação partidária.....	69
2.1.6 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado.....	72
2.2 Causas de inelegibilidade.....	73
2.2.1 Inelegibilidades constitucionais	78
2.2.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais	85
2.2.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais	92
2.2.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades	97
2.2.5 Inelegibilidade superveniente e delimitação temporal para sua incidência	99
2.3 Requisitos de registrabilidade	102

CAPÍTULO 3

PARTIDOS POLÍTICOS	111
3.1 Conceito de partido político.....	111
3.2 Criação de partidos políticos	112
3.3 Funcionamento dos partidos políticos	116
3.4 Regras específicas acerca da prestação de contas	118
3.5 Princípios partidários.....	122

3.6	Da disciplina partidária	125
3.7	Fidelidade partidária.....	128
3.8	Das hipóteses de justa causa para desfiliação sem a perda do mandato eletivo	131
3.8.1	Do não alcance da cláusula de barreira prevista (art. 17, §5º, da CF/88)	131
3.8.2	Utilização de carta de anuência nos termos do art. 17, §6º, da CF/88.....	132
3.8.3	Das hipóteses de justa causa previstas no art. 22-A, parágrafo único, da Lei nº 9.096/1995	136
3.9	Aspectos processuais da ação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária e da ação de justificação de desfiliação .	142
CAPÍTULO 4		
FEDERAÇÕES DE PARTIDOS POLÍTICOS		147
CAPÍTULO 5		
CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....		153
CAPÍTULO 6		
COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA		163
CAPÍTULO 7		
REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO)		169
7.1	Pedido de registro de candidatura.....	169
7.2	Unicidade de registro de candidatos	173
7.3	A situação jurídica das candidaturas coletivas	174
7.4	Procedimento do pedido de registro	179
7.5	Ação de impugnação de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP).....	193
7.6	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	197
CAPÍTULO 8		
PROPAGANDA POLÍTICA		215
8.1	Espécies de propaganda política	216
8.1.1	Propaganda partidária.....	216
8.1.2	Propaganda intrapartidária.....	219
8.1.3	Propaganda institucional.....	224
8.1.4	Propaganda eleitoral	228
8.1.4.1	Propaganda eleitoral antecipada.....	232
8.1.4.2	Propaganda eleitoral irregular.....	248
8.2	Propaganda eleitoral no período legal	252
8.2.1	No rádio e na televisão	258
8.2.2	Na imprensa escrita.....	259
8.2.3	No horário eleitoral gratuito	260
8.2.4	Na internet (regras gerais).....	261
8.2.5	<i>Fake news</i> , desinformação e discurso de ódio	267
8.2.6	Desinformação e o uso de inteligência artificial.....	276
8.3	Horário da propaganda gratuita	280
8.4	Debates	282
8.5	Fiscalização da propaganda (Representação).....	286
8.6	Direito de resposta.....	294
CAPÍTULO 9		
PESQUISAS ELEITORAIS		307
9.1	Registro das pesquisas eleitorais.....	312
9.2	Divulgação dos resultados da pesquisa	314
9.3	Impugnações	316
9.4	Penalidades.....	317

CAPÍTULO 10

FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	323
10.1 Financiamento de campanha eleitoral.....	323
10.1.1 Financiamento público.....	324
10.1.2 Financiamento privado	328
10.2 Gastos eleitorais	331
10.3 Prestação de contas.....	336
10.4 Da medida cautelar preparatória para cessar a realização de gastos antes da apresentação das contas à Justiça Eleitoral	341
10.5 Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais.....	344

CAPÍTULO 11

IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	345
11.1 Abuso de poder.....	345
11.1.1 Abuso de poder econômico.....	347
11.1.2 Abuso de poder político	353
11.1.3 Abuso de poder por uso indevido dos veículos e dos meios de comunicação	356
11.1.4 Fraude à cota de gênero de candidaturas femininas (art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/1997).....	361
11.1.5 Captação ilícita de sufrágio.....	368
11.1.6 Ilicitude de gastos e arrecadação de recursos.....	371
11.1.7 Corrupção e caixa dois.....	375
11.1.8 Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	379
11.1.8.1 Tipos de condutas vedadas	383
11.1.8.2 Proibição de contratação ou demissão	388
11.1.8.3 Tipos de condutas vedadas em período eleitoral	392
11.1.8.4 Sanções legais.....	397
11.2 Improbidade administrativa	399

CAPÍTULO 12

AÇÕES ELEITORAIS	407
12.1 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	411
12.1.1 Causas.....	415
12.1.2 Procedimento	421
12.1.3 Rito prático da AIJE.....	424
12.2 Ação de impugnação de mandato eletivo.....	425
12.2.1 Procedimento	430
12.2.2 Rito prático da AIME	432
12.3 Mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção ...	433
12.4 <i>Habeas corpus</i>	438
12.5 Tutelas provisórias no processo eleitoral	442
12.6 Ação rescisória	445
12.7 <i>Querela Nullitatis</i>	448
12.8 Reclamação administrativa eleitoral.....	451

CAPÍTULO 13

RECURSOS	453
13.1 Recurso eleitoral inominado	459
13.1.1 Procedimento	462
13.2 Recurso ordinário	464
13.3 Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	470
13.3.1 Cabimento.....	473
13.3.2 Rito.....	475
13.4 Recurso especial.....	477
13.5 Recurso extraordinário	481

13.6	Agravo de instrumento.....	483
13.7	Agravo (da decisão que denega subida de recurso especial ou recurso extraordinário)	484
13.8	Agravo interno	486
13.9	Embargos de declaração	487
REFERÊNCIAS.....		493